

# Diário Eletrônico do Ministério Público RS

## Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 31 de maio de 2013.

Edição nº 1191

### Nesta edição:

#### PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos .....3

Súmulas de contratos.....3

Avisos de licitações.....3

Editais.....4

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4

Editais.....5



Diário eletrônico

# Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de maio de 2013.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 1191

## PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

### EDITAL N.º 213/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas indeferiu a instauração de Inquérito Civil, referente a supostas condutas irregulares na administração municipal de Getúlio Vargas, entre elas acúmulo ilícito de funções públicas e atuação ilícita no departamento de meio ambiente. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00780.00038/2013.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 27 de maio de 2013.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete,  
Secretária-Geral.

### EDITAL N.º 214/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial a empresa TTBras Transporte e Terraplanagem Brasileira Ltda, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha promoveu o arquivamento do IC n.º 01220.00009/2010, instaurado com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na relação contratual havida entre o Poder Executivo Municipal de Cachoeirinha e a empresa TTBras Transporte e Terraplanagem Ltda. no curso dos anos 2009 e 2010, principalmente no tocante ao contrato derivado do procedimento de concorrência nº 12/2009.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete,  
Secretária-Geral.

### EDITAL N.º 215/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Marcelo Silva Dutra, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n.º 00882.00031/2013, instaurado com a finalidade de investigar a queima de campo agropastoril contrariando a legislação em vigor, ocorrida na localidade da Estrada do Cerrito em São Francisco de Paula.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete,  
Secretária-Geral.

### EDITAL N.º 216/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Valdir Boff Castilhos, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula promoveu o arquivamento do IC n.º 00882.00045/2013, instaurado com a finalidade de investigar a prática de queimada de campo.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete,  
Secretária-Geral.

### EDITAL N.º 217/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial as Sras. Adriana Domingues da Rocha e Ivonir de Moraes, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul promoveu o arquivamento do IC n.º 00729.00020/2012, instaurado a fim de averiguar possível ato de improbidade administrativa praticado pela Conselheira Tutelar de Cachoeira do Sul.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete,  
Secretária-Geral.

### EDITAL N.º 218/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC n.º 00930.00130/2012, instaurado com o objetivo de apurar eventual dano ambiental provocado por esgoto a céu aberto oriundo de canalização localizada no terreno baldio situado na Rua Araucária, ao lado do nº 66, Bairro Jardim Fiúza, em Viamão.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete,  
Secretária-Geral.

### EDITAL N.º 219/2013 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justi-



ça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do IC n.º 00930.00083/2011, instaurado com o objetivo de analisar o cabimento de solicitação dirigida ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem DAER, referente à problemática de implantação de semáforo na ERS 040, em frente ao supermercado Farosul (acesso ao Bairro Cohab), em Viamão, em que investigados o Estado do Rio Grande do Sul e o DAER.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

**ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY**,  
Promotora de Justiça,  
Chefe de Gabinete,  
Secretária-Geral.

LTDA.; **OBJETO**: prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 01 (um) mês, a contar de 21 de maio de 2013; prorrogação do prazo da vigência contratual, por 03 (três) meses, a contar de 14 de agosto de 2013; desmembramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 02 (duas) parcelas; **FUNDAMENTO LEGAL**: artigo 57, §1º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 28 de maio de 2013.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

### **SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

#### **PORTARIA N.º 1463/2013**

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.01425.00011/2013-3**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **23 de maio de 2013**.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre/RS, 29 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

#### **PORTARIA N.º 1464/2013**

**O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual n.º 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.01229.00307/2013-3**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **28 de maio de 2013**.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre/RS, 29 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral

### **SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO N.º 3700-09.00/12-4 CONVITE N.º 50/12**

**CONTRATADA**: CSM CONSTRUTORA SILVEIRA MARTINS

### **SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.27832**

**CONTRATADA**: ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.; **OBJETO**: prestação de serviços de suporte técnico, manutenção e atualização de todos os produtos ORACLE licenciados ao Ministério Público Gaúcho; **VALOR TOTAL**: R\$ 1.048.443,48; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 28/05/2013, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

**ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES**,  
Diretor-Geral.

#### **Aviso de abertura de Pregão Eletrônico**

**Pregão Eletrônico n.º 38/2013** (Processo n.º 001800-09.00/13-6) Tipo Menor Preço. **Objeto**: contratação de até 500 (quinhentas) horas de suporte técnico presencial no software de servidor de aplicações – JBoss, conforme Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas**: **17/06/2013, às 10 horas. Data e horário de início da disputa de preços**: **17/06/2013 às 14 horas**.

**Local**: [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br). O Edital, com as alterações, também pode ser encontrado na página: [http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao\\_eletronico](http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico). **Informações gerais**: e-mail, [cplc@mp.rs.gov.br](mailto:cplc@mp.rs.gov.br). **Base legal**: Lei estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

**LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL**,  
Pregoeiro.



## EDITAL N.º 131/2013

### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público (CPAD), designada pela Portaria n.º 603/2013, publicada no Boletim nº 141, do Diário Eletrônico do Ministério Público, de 03/04/2013, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 30º (trigésimo) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do RS, se não houver oposição, a Unidade de Arquivo eliminará os documentos constantes nas Listas de Eliminação de Documentos nº 29/2013, nº 30/2013, nº 31/2013, nº 32/2013, nº 33/2013, nº 34/2013 e nº 35/2013, aprovadas por meio da Ata n.º 142 da CPAD, disponíveis na página do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, [www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm](http://www.mp.rs.gov.br/temporalidade/pgn/id45.htm) e na Unidade de Arquivo, Rua General Andrade Neves, 106, 6º andar – Porto Alegre – RS.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstração de legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Ministério Público, localizada no endereço supracitado.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 31 de maio de 2013.

**VELOCITY MELO PIVATTO**,

Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

## SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

### BOLETIM N.º 035/2013

**O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

**1) Inquérito Civil nº 00711.00072/2012**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Cláudio Pizzato Sidou, da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete, com a finalidade de apurar improbidade administrativa consistente em omissão de agentes de trânsito em aplicar multas pelo descumprimento de normas do Código de Trânsito.

**2) Inquérito Civil nº 00949.00042/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar eventual ato de improbidade em processo administrativo para aquisição de materiais pela Secretaria Municipal de Educação.

**3) Inquérito Civil nº 00765.00011/2013**, instaurado pela Pro-

motora de Justiça Suzane Helffeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de apurar possíveis práticas de improbidade administrativa em Prefeitura Municipal.

**4) Inquérito Civil nº 012/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Monjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar denúncia de direcionamento de contratação visando beneficiamento de empresa, atribuída como de responsabilidade do município.

**5) Inquérito Civil nº 00772.00005/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Claudio Estivallet Junior, da Promotoria de Justiça de Faxinal de Soturno, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na formação, atuação e aquisição da personalidade jurídica de consórcio e na observância dos princípios e regras licitatórios.

**6) Inquérito Civil nº 00922.00015/2013**, instaurado pela Promotora de Justiça Jocelaine Dutra Pains, da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa, ocorridos em Delegacia de Polícia, consistentes no não cumprimento do horário de trabalho pelo delegado e uso indevido de viaturas e veículos apreendidos.

**7) Inquérito Civil nº 00873.00007/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa por parte de ex-Secretário(a) de Saúde, de município.

**8) Inquérito Civil nº 00873.00008/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar denúncia de possível improbidade administrativa realizada por advogado.

**9) Inquérito Civil nº 00801.00052/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar irregularidades em contratação temporária de vigilantes no âmbito do Poder Executivo de município e eventual perseguição política a servidor público.

**10) Inquérito Civil nº 00721.00005/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, com a finalidade de investigar possíveis fraudes ou favorecimentos em licitações.

**11) Inquérito Civil nº 00903.00013/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar possível irregularidade quanto ao curso público realizado em município.

**12) Inquérito Civil nº 00903.00014/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauricio Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar possível irregularidade na alienação de bem público municipal à empresa, mediante dispensa de licitação.

**13) Inquérito Civil nº 00806.00005/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Damasio Sobiesiak, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades na destinação de verbas relacionadas à área



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de maio de 2013.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 1191

da saúde, na contratação de empresas de publicidade e publicações, na emissão de notas fiscais em favor de empresas e em eventuais repasses financeiros.

**14) Inquérito Civil nº 00823.00007/2013**, instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, com a finalidade de apurar possível improbidade administrativa cometida por Prefeito Municipal, em função da discrepância salarial para o cargo de médico geral comunitário, em município.

**15) Inquérito Civil nº 00745.00010/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Barbosa Fernandes, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades decorrentes do exercício de atividade privada por Subprefeito.

**16) Inquérito Civil nº 00900.00028/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de investigar eventual vício no processo seletivo simplificado, realizado em município no ano de 2013, decorrente da falha na publicidade.

**17) Inquérito Civil nº 00900.00033/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de investigar eventuais irregularidades na construção de ponte que liga municípios.

**18) Inquérito Civil nº 00900.00030/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de investigar acerca da regularidade de atos do Executivo e Legislativo de município quanto à extinção de cargos de pedreiro construtores.

**19) Inquérito Civil nº 00900.00029/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Francisco Campello Dill, da Promotoria de Justiça de São Valentim, com a finalidade de averiguar possível ato de improbidade administrativa e de lesão ao patrimônio público.

**20) Inquérito Civil nº 00763.00005/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Vaccaro, da Promotoria de Justiça Cível de Erechim, com a finalidade de investigar eventuais ilícitos de improbidade administrativa na facilitação de concessão de licenças ambientais por empresa contratada em município.

**21) Inquérito Civil nº 00815.00011/2013**, instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo, com a finalidade de apurar eventual irregularidade na manutenção da remuneração de ex-secretário, não obstante a determinação de seu afastamento por decisão judicial e a nomeação de outro titular para a Secretaria Municipal.

**22) Inquérito Civil nº 00888.00007/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, com a finalidade de investigar situação do ônibus doado pela Receita Federal em favor de entidade assistencial no município.

**23) Inquérito Civil nº 00888.00008/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, com a finalidade de

apurar atrasos nos repasses de verbas de município em favor de entidade assistencial.

**24) Inquérito Civil nº 00748.00090/2013**, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades nas concessões de licenças para desempenho de mandatos classistas de Prefeitura Municipal.

**25) Inquérito Civil nº 00780.00029/2013**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araújo, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, com a finalidade de investigar eventuais atos de improbidade administrativa, decorrentes da adoção de posições legislativas com o intuito de sabotar a administração pública de município e pressionar a administração municipal a adquirir um terreno para construção de nova sede para o Poder Legislativo local.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

**JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI**,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**Edital n.º 10/2013**

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, MARCELO LEMOS DORNELLES**, na forma do art. 4º do Provimento n.º 24/2008 e do art. 11 do Provimento n.º 33/2008, científica que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul homologou o cadastramento das seguintes entidades no cadastro de beneficiários de bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta:

1) **Associação de Proteção aos Animais Focinhos Carentes**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Henrique Rech Neto, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, no dia 21 de maio de 2013;

2) **Brigada Militar – Pelotão Ambiental de Caxias do Sul**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, no dia 09 de maio de 2013;

3) **Brigada Militar – 1º Batalhão Ambiental de São Jerônimo**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Bruna Maria Borgmann, da Promotoria de Justiça de Horizontina, no dia 10 de maio de 2013;

4) **Brigada Militar – 2º Pelotão Ambiental de Sapucaia do Sul**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Ivanda Grapiglia Valiati, da Promotoria de Justiça de Campo Bom, no dia 27 de maio de 2013;

5) **Brigada Militar – 3º Grupo de Polícia Ambiental de Bento Gonçalves**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, no dia 07 de maio de 2013;



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 31 de maio de 2013.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 1191

6) **Conselho Comunitário Pró-Segurança de Veranópolis**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, no dia 08 de maio de 2013;

7) **Conselho Municipal de Entorpecentes de São Luiz Gonzaga**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Gustavo Burgos de Oliveira, da Promotoria de Justiça de São Luiz Gonzaga, no dia 21 de maio de 2013;

8) **Polícia Civil – Delegacia de Polícia de Rodeio Bonito**, entidade homologada pela Promotora de Justiça Daniela Pires Schwab, da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito, no dia 21 de maio de 2013;

9) **Prefeitura Municipal de Veranópolis**, entidade homologada pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, no dia 07 de maio de 2013.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

#### Edital n.º 11/2013

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**, cientifica que, como destinatários de recursos oriundos de compromisso de ajustamento de conduta, foram cadastrados pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

1) **Fundo Municipal do Meio Ambiente de Veranópolis**;

2) **Fundo Municipal do Meio Ambiente de Humaitá**.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 29 de maio de 2013.

**MARCELO LEMOS DORNELLES**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.